



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 28/08/17

Elwags
Conceição de Maria Lagoes Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado João
maquison
para relatar.

Em 29/08/17

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 36 DE 21 DE AGOSTO DE 2017

**EMENTA: PROJETO DE LEI.
INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE
PARTICIPAÇÕES. DETERMINA A
APLICAÇÃO DE RECURSOS.
INSTITUI O CONSELHO.**

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 036/2017, que “Cria o Fundo Especial de Participações.”

Segundo mensagem do Chefe do Poder Executivo o projeto de lei visa instituir o Fundo Especial de Participações, com objetivo de prover recursos para o fomento de empreendimentos voltados para o desenvolvimento econômico e social da economia estadual.

O Projeto cria o conselho do Fundo determinando sua composição.

É o relatório.

Passo a fundamentação e Voto.

Inicialmente, cabe estabelecer que Fundos Estaduais possuem natureza contábil e/ou financeira, não dotados de personalidade jurídica própria, e que por tal motivo têm no Estado o seu ente administrador. A previsão legal de tais entidades é dos artigos 71 a 74 da Lei n.º 4.320, de 17/03/1964:

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Art. 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Desta feita, percebe-se que a iniciativa da criação de Fundos Estaduais é de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo, por tratar-se da utilização específica de receitas Estaduais, com vinculação a realização de serviços específicos.

Na prática, os Fundos Estaduais são tratados como verdadeiros órgãos do Estado, com atribuições e composição explicitados na própria lei. Assim, cabe trazer à baila dispositivo da Constituição do Estado do Piauí que estabelece a competência exclusiva do chefe do Poder Executivo em tal matéria:

Art. 75. A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

(...)

§ 2º São de iniciativa privativa do Governador as leis que:

II - disponham sobre:

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

a) Criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

O tratamento dado aos fundos Estaduais, como verdadeiros órgãos ocorre até porque esses entes devem ter seus orçamentos anexados aos do Poder Executivo, nas leis orçamentárias. É o que traz a Constituição Estadual:

“art. 178. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

Neste sentido, por tudo quanto exposto, opino pela **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI Nº 036/2017**, que “Cria o Fundo Especial de Participações” e por sua conseqüente aprovação.

É o parecer.

s.m.j

APROVADO À UNANIMIDADE
em, 26/09/17

Presidente da Comissão de

Justiça

IVILIDADE

João Madison Nogueira
Relator

Concedida vista ao processo
do Dep. Justino Martins
Em, 19/09/17

Presidente da Comissão de

Justiça

Concedida vista ao processo
do Dep. Justino Martins
Em, 26/09/17

Presidente da Comissão de

Justiça